



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2017

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o art. 4º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, para determinar a correção monetária dos repasses da União a Estados e Municípios de recursos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o art. 4º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, para determinar a correção monetária dos repasses da União a Estados e Municípios de recursos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“**Art. 116.**

.....

§ 7º Sobre as parcelas e demais recursos relativos aos instrumentos de que trata o *caput* incorrerá correção monetária anual, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo, a ser efetivada no mês seguinte ao da divulgação oficial do referido índice.” (NR)

Art. 2º Dê-se ao art. 4º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, a seguinte redação:

“**Art. 4º**

§ 1º Os saques da conta vinculada ficam restritos ao pagamento das despesas constantes do termo de compromisso, devendo a

instituição financeira disponibilizar relatórios com informações dos saques efetuados sempre que solicitados.

§ 2º O valor dos recursos financeiros referidos no *caput* será atualizado monetariamente, conforme a variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo, no mês seguinte ao da divulgação oficial do referido índice.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora submetemos à elevada consideração das senhoras e dos senhores parlamentares visa a garantir a correção monetária dos recursos financeiros a serem repassados aos demais entes da Federação pela União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), mas também alcançando outros instrumentos contratuais congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública.

Como é notório, a morosidade existente no repasse aos entes federados dos recursos destinados a tais programas tem feito com que os valores correspondentes percam uma relevante parcela de seu poder real de compra. Isso faz com que, muitas vezes, os entes destinatários dos referidos recursos fiquem impossibilitados de dar continuidade aos projetos financiados, causando grande prejuízo à população, que se vê privada de bens e serviços essenciais ao seu bem estar.

Ao garantir a correção monetária dos valores repassados, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado regularmente pelo IBGE e que serve de base para a atuação do

Banco Central na política de metas de inflação, busca-se assegurar que os contratos e acordos firmados possam ser cumpridos a contento e conforme os cronogramas estabelecidos.

Dessa forma, estamos seguros de que importantes iniciativas do Poder Público poderão ser mantidas, sem que haja impasses contratuais ou até mesmo paralisação das obras em execução. Nesse sentido, trata-se de uma garantia de que, mesmo em tempos de contingenciamento de gastos, o valor real dos parâmetros financeiros contratados será preservado.

Sala das Sessões,

Senador ELMANO FÉRRER



SF/17145.83826-86

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

[\(Vide Decreto nº 99.658, de 1990\)](#)

[\(Vide Decreto nº 1.054, de 1994\)](#)

[\(Vide Decreto nº 7.174, de 2010\)](#)

[\(Vide Medida Provisória nº 544, de 2011\)](#)

[\(Vide Lei nº 12.598, de 2012\)](#)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.



SF/17145.83826-86

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.



LEI Nº 11.578, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007.

[Mensagem de Veto](#)
[Conversão da MPv nº 387, de 2007](#)
[\(Vide Lei nº 12.249, de 2010\)](#)

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008

Art. 4º Os recursos financeiros serão liberados aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios conforme o cronograma de desembolso estabelecido no termo de compromisso, mediante depósito em conta vinculada mantida em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. Os saques da conta vinculada ficam restritos ao pagamento das despesas constantes do termo de compromisso, devendo a instituição financeira disponibilizar relatórios com informações dos saques efetuados sempre que solicitados.



SF/17145.83826-86

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso XXI do artigo 37

- Decreto nº 99.658, de 30 de Outubro de 1990 - DEC-99658-1990-10-30 - 99658/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1990;99658>

- Decreto nº 1.054, de 7 de Fevereiro de 1994 - DEC-1054-1994-02-07 - 1054/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1994;1054>

- Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010 - DEC-7174-2010-05-12 - 7174/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2010;7174>

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>

- artigo 116

- Lei nº 11.578, de 26 de Novembro de 2007 - LEI-11578-2007-11-26 - 11578/07

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11578>

- artigo 4º

- Lei nº 12.249, de 11 de Junho de 2010 - LEI-12249-2010-06-11 - 12249/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12249>

- Lei nº 12.598, de 21 de Março de 2012 - LEI-12598-2012-03-21 - 12598/12

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12598>

- Medida Provisória nº 544, de 29 de Setembro de 2011 - 544/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2011;544>